

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY
VILANOVA DO E. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

URGENTE

Apelação nº 0067381-20.2015.4.01.3400

GWÍ BRAZIL AND LATIN AMERICA MASTER FUND LTD - GBF, por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., expor e requerer o seguinte.

Discute-se na ação em referência a (in)existência de ganho de capital na liquidação de fundo de investimento, cujas cotas foram adquiridas no mercado secundário, pela Apelante, por valor superior ao de liquidação. Assim, a Apelante teve *prejuízo* na operação, o que não autoriza a cobrança de imposto de renda sobre ganho de capital.

O cálculo do eventual ganho de capital deveria ser realizado a partir da comparação entre o valor de aquisição das cotas e o valor de liquidação – se positivo, haveria ganho de capital, se negativo, como no caso, haveria prejuízo e, portanto, inexistência de renda a ser tributada. Nada obstante, a legislação exigia que a retenção do imposto de renda fosse calculada a partir da diferença entre o valor originário das cotas e o valor de liquidação. Assim, muito embora a Apelante tenha sofrido *prejuízo*, foi submetida à retenção indevida do imposto de renda.

Reconhecendo a relevância desses argumentos, o juízo *a quo* determinou que a fonte pagadora, a quem cabia a retenção e recolhimento, depositasse em juízo os montantes correspondentes ao imposto de renda supostamente devidos. Assim, há R\$ 4.092.870,26 depositados judicialmente (Doc. 1), referentes ao imposto de renda retido da fonte que era, inequivocamente, indevido (posto que a Apelante teve prejuízo com a operação em questão).

Entretanto, como já noticiado nos autos (ID 52331064), a pandemia da COVID-19 prejudicou severamente a Apelante, que, atualmente, encontra-se incapaz de realizar as suas atividades.

Com efeito, devido às limitações impostas pelas autoridades competentes – proibição do funcionamento das atividades não essenciais –, além das despesas com salários, encargos e tributos, por exemplo, a Apelante teve que realizar dispêndios extras e urgentes com a implantação da tecnologia necessária para viabilização do regime de teletrabalho.

Todas essas restrições decorrentes da pandemia reduziram drasticamente a força de trabalho e a condição financeira da Apelante, colocando em risco o cumprimento de obrigações de variadas naturezas.

O extrato anexo demonstra que os valores da conta corrente da Apelante **estão próximos de zero (Doc. 02), motivo pelo qual as suas despesas estão sendo pagas com os fundos pessoais dos sócios (Doc. 03).** Como se observa pela fatura dos serviços essenciais da empresa (Doc. 4), **a Apelante não tem condições de arcar com as despesas necessárias para a manutenção de suas atividades.**

A grave situação financeira em que se encontra a Apelante demonstra a urgente necessidade da disponibilização dos valores depositados ao caixa da empresa, sob pena de causar danos **irreparáveis** à sua operação.

Diante deste cenário, no intuito de mitigar as consequências negativas sobre sua atividade por meio do influxo de dinheiro em caixa para poder fazer frente a suas obrigações (ou, ao menos, a boa parte delas), **em especial o pagamento de salários e tributos**, requer, **excepcionalmente**, o **levantamento do depósito judicial** vinculado ao presente feito e sua **substituição pela penhora do bem imóvel** matriculado sob o nº 00075609, perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Indaiatuba – São Paulo (Doc. 5), com 41.655 m² de área, avaliado em R\$ 16.529.953,60¹ (Doc. 6) – montante muito superior à totalidade dos valores em discussão no presente feito.

O deferimento do pedido de substituição se justifica diante da idoneidade do bem oferecido, além do fato de que apresenta valor muito superior ao crédito tributário, conferindo maior segurança jurídica para a garantia dos valores discutidos.

Ante o exposto, pede a Apelante, **em caráter excepcional e urgente**, mantendo-se a suspensão da exigibilidade dos créditos, seja autorizado, mediante sua **substituição pela penhora do bem imóvel apresentado**, o levantamento do referido depósito

¹ A avaliação foi realizada com base em laudo do imóvel vizinho, de características idênticas àquele ora ofertado.

para a conta bancária abaixo indicada (como autoriza o art. 906, § único, do CPC), devidamente atualizados pela SELIC até a data da efetiva liberação:

Titular: GWI Brazil and Latin America Master Fund Ltd

Banco: 100

Agência: 1 / Conta: 39604-4

CNPJ: 15.255.858/0001-74

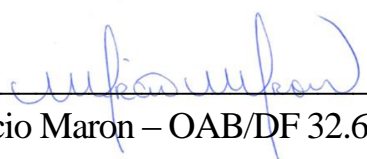
Requer, por fim, sejam todas as publicações realizadas, exclusivamente, em nome do Dr. Hamilton Dias de Souza (OAB/SP nº 20.309)

Termos em que,
Pede Deferimento.

Brasília, 6 de maio de 2021.



Júlio César Soares – OAB/DF n. 29.266



Márcio Maron – OAB/DF 32.631